

HABEAS CORPUS Nº 638.470 - MA (2021/0000936-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JOAO BATISTA ARAUJO SOARES NETO E OUTROS
ADVOGADOS : JOAO BATISTA ARAUJO SOARES NETO - MA020758
FERNANDO SOARES SANTOS - MA021506
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : NIRLANDO MEIRELES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NIRLANDO MEIRELES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

Consta da inicial a prisão em flagrante do paciente, posteriormente convertida em preventiva, no dia 3/1/2020, pela suposta prática dos crimes de violência doméstica e ameaça capitulados nos arts. 129, § 9º, 140 e 147, todos do Código Penal.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em habeas corpus impetrado perante o tribunal de origem, visando a soltura do paciente.

Em suas razões, sustenta o impetrante que a segregação processual do paciente, com condições pessoais favoráveis e não precedida de audiência de custódia, além de despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes dos arts. 312 e 315 do CPP.

Ressalta que a prisão é desnecessária pois o somatório das penas cominadas ao delito não ultrapassaria 4 anos, além de não haver medida protetiva de urgência antecedente a ser garantida pela continuidade de sua segregação.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade. Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente